



# PREGÃO ELETRÔNICO

n.º 009/2026

**Abertura**  
29 de junho de 2026

## Objeto

**Registro de Preços**  
Não

**Vistoria**  
Não

**Exclusiva ME / EPP**  
Não

**Cota ME / EPP**  
Não

**Amostra**  
Não

**Instrumento Contratual**  
Termo de Contrato

**Forma de Adjudicação**  
Por grupo

Contratação de empresa especializada para fornecimento de subscrição e/ou renovação de licenças ou assinaturas (subscrição) de uso completas da suíte Adobe Creative Cloud for Teams All APPS e Adobe Creative Cloud for Teams com Adobe Stock para ser utilizado na Mútua de Assistência dos Profissionais do Crea.

**Valor Total Estimado**  
**R\$ 41.581,71**

(quarenta e um mil, quinhentos e oitenta e um reais e setenta e um centavos)

## Documentos de Habilitação

### Requisitos Básicos

- SICAF ou documentos equivalentes;
- Certidão negativa de falência;
- Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis;
- Índices econômicos superiores a 1 (um).

### Requisitos Específicos

- Qualificação Técnico-Operacional

## Prazo de Envio da Proposta

Até 2 (duas) horas após a convocação realizada pelo pregoeiro

## Modo de Disputa

A disputa dar-se-á pelo **MODO ABERTO E FECHADO** e os lances deverão respeitar o INTERVALO MÍNIMO de 0,5% (cinco décimos por cento).

<b>EDITAL – N.º 010/2026</b>	<b>3</b>
1 Do Objeto	3
2 Da Participação na Licitação	4
3 Do Orçamento Estimado Sigiloso	6
4 Da Apresentação da Proposta e dos Documentos de Habilitação	6
5 Do Preenchimento da Proposta	9
6 Da Abertura da Sessão, Classificação das Propostas e Formulação de Lances	10
7 Da Fase de Julgamento	14
8 Da Fase de Habilitação	16
9 Dos Recursos	20
10 Da Adjudicação e Homologação	21
11 Do Termo de Contrato ou Instrumento Equivalente	21
12 Das Infrações Administrativas e Sanções	22
13 Da Impugnação ao Edital e do Pedido de Esclarecimento	25
14 Das Disposições Finais	26
 <b>ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA</b>	 <b>28</b>
1 Do Objeto	28
2 Da Justificativa e Objetivo da Contratação	28
3 Da Classificação dos Serviços	29
4 Da Descrição da Solução	30
5 Dos Requisitos da Contratação	33
6 Da Vistoria	35
7 Da Execução do Objeto	35
8 Da Garantia do Serviço	36
9 Da Estimativa do Valor da Contratação	36
10 Das Obrigações do Contratado	37
11 Das Obrigações da Contratante	37
12 Da Lei Geral de Proteção de Dados	37
13 Do Pagamento	37
14 Do Instrumento de Contrato e do Prazo de Vigência	37
15 Da Fiscalização	38
16 Da Garantia de Execução	38
17 Do Reajuste	38
18 Dos Recursos Orçamentários	38
19 Da Subcontratação	38
20 Dos Encargos e Tributos	38
21 Dos Critérios de Seleção do Fornecedor	38
22 Das Infrações e Sanções Administrativas	39
23 Das Disposições Finais	39
 <b>ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS</b>	 <b>40</b>
 <b>ANEXO III – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO</b>	 <b>42</b>
1 Das Partes	42
2 Do Fundamento Legal	42

3	Do Objeto	42
4	Do Valor e Dotação Orçamentária	42
5	Da Documentação Contratual	43
6	Do Modelo De Execução	43
7	Das Obrigações do Contratado	43
8	Das Obrigações da Contratante	46
9	Da Lei Geral de Proteção de Dados	47
10	Do Pagamento	48
11	Do Prazo de Vigência	49
12	Da Fiscalização	51
13	Da Garantia de Execução	51
14	Do Reajuste	52
15	Dos Encargos e Tributos	52
16	Da Extinção Contratual	52
17	Das Infrações e Sanções Administrativas	53
18	Das Alterações	55
19	Dos Casos Omissos	56
20	Da Publicação	56
21	Do Foro	56

**ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE INFORMAÇÕES TRIBUTÁRIAS DO FORNECEDOR** **57**

**Edital**  
**n.º 010/2026**Pregão Eletrônico  
009/2026

A **MÚTUA DE ASSISTÊNCIA DOS PROFISSIONAIS DA ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA**, instituída pela Lei nº 6.496/77, vinculada e fiscalizada diretamente pelo CONFEA – Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia na forma preconizada pelo Art. 4º da referida lei, inscrita no CNPJ nº 00.509.026/0001-60, localizada no Setor Hoteleiro Norte, Quadra 04, Bloco C, Asa Norte, Brasília/DF, telefone: (61) 3348-0717, por intermédio do Pregoeiro e da Equipe de Apoio instituídos pela Portaria n.º 66/2024, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo SD.0187-2026**, tornam público para conhecimento dos interessados que, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa Seges/ME nº 73/2022, da Lei Complementar nº 123/2006 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, farão realizar Licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO POR GRUPO**.

**DATA:** 29 de junho de 2026, ou no primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data.

**HORÁRIO:** 09h00m – horário de Brasília-DF.

**ENDEREÇO ELETRÔNICO:** <https://www.gov.br/compras/pt-br>

**CÓDIGO UASG:** 930618

## **1 Do Objeto**

1.1 O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para fornecimento de subscrição e/ou renovação de licenças ou assinaturas (subscrição) de uso completas da suíte Adobe Creative Cloud for Teams All APPS e Adobe Creative Cloud for Teams com Adobe Stock para ser utilizado na Mútua de Assistência dos Profissionais do Crea, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2 A licitação será realizada em grupo único, formados por 2 (dois) itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.3 O critério de julgamento adotado será o **menor preço por grupo**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

## 2 Da Participação na Licitação

2.1 A participação na presente licitação **NÃO será exclusiva** para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015, considerando que o objeto somente pode ser fornecido por revendas autorizadas da Adobe com certificação em Especialização em Governo (<https://express.adobe.com/page/XpttfcU6lUT3D/>), requisito obrigatório estabelecido pelo fabricante, o qual exige que as empresas sejam constituídas sob a forma de sociedade limitada ou sociedade anônima, inviabilizando a participação de MEIs, Empresas de Pequeno Porte/EPPs ou Microempresas/ME.

2.2 Poderão participar deste Pregão os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

2.2.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

### 2.6 Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

2.6.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.6.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.6.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade Contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.11 sociedades cooperativas;

2.6.12 pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.6.13 pessoas físicas;

2.7 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público da entidade Contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.8 O impedimento de que trata o item **2.6.6** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9 A critério da Mútua e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens **2.6.4 e 2.6.5** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos da entidade.

2.10 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11 O disposto nos itens **2.6.4 e 2.6.5** não impede a licitação ou a contratação de objeto que inclua como encargo do Contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.13 A vedação de que trata o item **2.7** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3 Do Orçamento Estimado Sigiloso**

---

3.1 O orçamento estimado da presente contratação **não** será de caráter sigiloso.

### **4 Da Apresentação da Proposta e dos Documentos de Habilitação**

---

4.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.2 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.2.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.2.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.2.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.2.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.3 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.3.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.3.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.4 Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.4.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.4.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.4.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.4.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;



- 4.4.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
  - 4.4.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
  - 4.4.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;
  - 4.4.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
  - 4.4.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
  - 4.4.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.
  - 4.4.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o Contratante do objeto, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 4.5 O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.
- 4.6 A falsidade da declaração de que trata os itens **4.2, 4.3 ou 4.5**, sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.7 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.8 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.9 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.10 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.10.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.10.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.11 O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.11.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

4.12 O valor final mínimo parametrizado na forma do item **4.10** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para a entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.13 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Mútua ou de sua desconexão.

4.14 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **5 Do Preenchimento da Proposta**

---

5.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1 Valor unitário e total do item;

5.1.2 Marca, se houver;

5.1.3 Fabricante, se houver.

5.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha de custos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

5.9 Considerando que o critério de julgamento é o de **menor preço**, os licitantes devem respeitar os **preços máximos** previstos no Termo de Referência.

5.10 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos Contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **6 Da Abertura da Sessão, Classificação das Propostas e Formulação de Lances**

---

6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5 O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário dos itens do grupo**.

6.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,5% (cinco décimos por cento).

6.9 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10 Para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa adotado é o **“ABERTO E FECHADO”**, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.10.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.10.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.10.3 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.10.4 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.12 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.13 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.14 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.15 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.16 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.17 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.17.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.17.2 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.17.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.17.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.17.5 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.17.6 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.18 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

- a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;
- d) declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

6.18.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a) empresas brasileiras;
- b) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- c) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.19 Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.20 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Mútua.

6.20.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.21 O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, na forma do **ANEXO II – Modelo de Proposta de Preços**, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.21.1 É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.22 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 7 Da Fase de Julgamento

7.1 Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item **2.6** do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1 SICAF;

7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

7.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

7.1.4 Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

7.2 A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1 A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3 Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

7.4 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

7.4.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).



7.4.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.4.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.5 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

7.6 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7 Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1 conter vícios insanáveis;

7.7.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5 não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

7.7.6 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Mútua.

7.8.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

- a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.



7.10 Poderá ser solicitado ao licitante classificado em primeiro lugar, quando aplicável ao objeto da contratação, que apresente a Planilha de Custos e Formação de Preços por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11 Erros no preenchimento da planilha de custos não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.11.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.11.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

7.13 O Termo de Referência **não exige** a apresentação de amostra para fins de aceitação da proposta.

## **8 Da Fase de Habilitação**

8.1 A habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, Nível I ao VI do Cadastro de Pessoa Jurídica, e da documentação especificada neste edital.

8.1.1 Diante da expiração de validade dos documentos registrados no SICAF referentes aos Níveis III, IV e VI, os licitantes deverão apresentar documentação complementar a fim de suprir tais exigências, observado em relação às empresas enquadradas como ME/EPP o disposto no art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

8.2 Para fins de habilitação jurídica, o Pregoeiro verificará a compatibilidade entre o objeto do certame e as atividades previstas como “objeto social” no ato constitutivo das licitantes, conforme natureza da pessoa jurídica.

8.3 Além dos documentos referentes à habilitação jurídica e à regularidade fiscal, social, previdenciária e trabalhista, nos termos dos artigos 66 e 68 da Lei nº 14.133/2021, os licitantes deverão apresentar a seguinte documentação comprobatória dos requisitos de habilitação, caso ela não esteja disponibilizada digitalmente no SICAF.

### **8.4 Qualificação Econômico-Financeira:**

8.4.1 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

8.4.2 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$
------	---

SG =	$\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$
------	--

LC =	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$
------	---

a) Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

8.4.3 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.4.4 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.4.5 Declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no item anterior.

8.4.6 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

## 8.5 Qualificação Técnica:

8.5.1 Comprovação de aptidão para fornecimento de objeto similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de **certidões ou atestados**, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

a) Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

a.1) fornecimento, renovação, gerenciamento ou suporte de licenças/subscrições de softwares corporativos em ambiente de nuvem (cloud/SaaS);

a.2) fornecimento de soluções de software compatíveis com plataformas de produtividade, criação, edição multimídia ou gerenciamento de ativos digitais, com quantitativo compatível ao objeto da contratação.

b) Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

c) Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

d) O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Mútua, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da Contratante e local em que foi executado o objeto Contratado, dentre outros documentos.

e) Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

8.5.2 Comprovação de que o licitante é revenda autorizada da Adobe, possuindo certificação/especialização para atendimento ao setor governamental ("Government Specialized Partner" ou equivalente), apta ao fornecimento de produtos e soluções Adobe para órgãos e entidades da Administração Pública.

a) A exigência acima justifica-se em razão das diretrizes estabelecidas pela própria fabricante Adobe, divulgadas em seu portal oficial [Adobe Government Reseller Program](#), segundo as quais, desde 05/07/2017, somente revendas autorizadas com especialização em governo estão habilitadas a fornecer produtos Adobe destinados ao setor público, em quaisquer modalidades de licenciamento.

8.6 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por qualquer processo de cópia autenticada em cartório competente, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

8.7 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.8 Será verificado se o licitante apresentou **declaração de que atende aos requisitos de habilitação**, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.9 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.10 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.11 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.12 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

8.12.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.13 Para fins de verificação das condições de habilitação, o Pregoeiro poderá, diretamente, realizar consulta em sítios oficiais de órgãos e entidades cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública, constituindo os documentos obtidos como meio legal de prova.

8.14 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

8.15 A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.15.1 Os documentos relativos à habilitação somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.16 Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o **item 8.14**, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até **02 (duas) horas**, para:

8.16.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.16.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.16.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.16.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.16.5 Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.17 Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.18 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem **8.14**.

8.19 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.20 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

## **9 Dos Recursos**

9.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1 A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2 O prazo para a manifestação da intenção de recorrer é de **10 (dez) minutos**;

9.3.3 O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

9.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [www.mutua.com.br](http://www.mutua.com.br).

## **10 Da Adjudicação e Homologação**

---

10.1 Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, da seguinte forma:

10.1.1 A adjudicação e homologação deste Pregão competem ao Diretor-Presidente da Mútua de Assistência dos Profissionais do Crea.

## **11 Do Termo de Contrato ou Instrumento Equivalente**

---

11.1 Após a adjudicação e homologação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato.

11.2 O adjudicatário terá o prazo de **03 (três) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

11.2.1 O prazo de convocação de que trata o item acima poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da licitante vencedora durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Mútua.

11.2.2 O contrato será assinado eletronicamente via e-mail, mediante uso da ferramenta "*Mutua signer*", no mesmo prazo indicado no item **11.2**.

11.2.3 Também será permitida a assinatura eletrônica do contrato, mediante uso da certificação digital ICP Brasil, caso o representante legal da licitante a possua, no mesmo prazo indicado no item **11.2**.

11.2.4 Caso o licitante vencedor convocado não realize a assinatura do contrato ou não compareça para aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido no item **11.2**, será facultado à Mútua, através do Pregoeiro, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, observando-se o disposto nos §§2º e 4º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

11.3 Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á por meio do SICAF e de outros meios se o licitante vencedor mantém as condições de habilitação e, ainda, se atende ao disposto no §4º do art. 91 da Lei nº 14.133/2021.

## **12 Das Infrações Administrativas e Sanções**

---

12.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

- a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- d) deixar de apresentar amostra;
- e) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

- a) recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Mútua;

12.1.4 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

12.1.5 fraudar a licitação;

12.1.6 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- c) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Mútua poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1 advertência;

12.2.2 multa;

12.2.3 impedimento de licitar e contratar e

12.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2 as peculiaridades do caso concreto

12.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



12.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1 Para as infrações previstas nos itens **12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3**, a multa será de **2%** do valor do contrato licitado.

12.4.2 Para as infrações previstas nos itens **12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8**, a multa será de **15%** do valor do contrato licitado.

12.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens **12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Mútua, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens **12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens **12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Mútua, descrita no item **12.1.3**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor da entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.10A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais empregados públicos estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12.15 Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

12.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SicaF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

### **13 Da Impugnação ao Edital e do Pedido de Esclarecimento**

13.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até o fim do terceiro dia útil anterior à data da abertura do certame (**até às 23h59m do dia 24/06/2026**).

13.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado no sítio eletrônico [www.mutua.com.br](http://www.mutua.com.br), no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail: [cpl@mutua.com.br](mailto:cpl@mutua.com.br)

13.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.5 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.6 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **14 Das Disposições Finais**

---

14.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3 Nos prazos expressos em dias úteis, serão computados somente os dias em que ocorrer expediente administrativo na Mútua.

14.4 O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no “chat”, os motivos da suspensão e informando a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

14.5 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6 Fica assegurado a Mútua o direito de revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade, ou proceder à sua anulação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável.

14.7 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.8 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Mútua, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.9 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Mútua não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Mútua.

14.11 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.12 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.13 O Edital e seus Anexos estão disponíveis, na íntegra, no endereço eletrônico [www.mutua.com.br](http://www.mutua.com.br)

14.14 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

- a) ANEXO I – Termo de Referência
- b) ANEXO II – Modelo de Proposta de Preços
- c) ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato
- d) ANEXO IV – Declaração de Informações Tributárias do Fornecedor

Brasília, 11 de junho de 2026.

---

Katia Alciones Rodrigues Marques  
Setor de Licitações e Compras

## Anexo I – Termo de Referência

### 1 Do Objeto

1.1 Contratação de empresa especializada para fornecimento de subscrição e/ou renovação de licenças ou assinaturas (subscrição) de uso completas da suíte Adobe Creative Cloud for Teams All APPS e Adobe Creative Cloud for Teams com Adobe Stock para ser utilizado na Mútua de Assistência dos Profissionais do Crea, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
1	Subscrição de licenças da suíte Adobe Creative Cloud for Teams All APPS – Multiple Platforms – MultiLatin American languages team	Unidade	06
2	Subscrição de licenças da suíte Adobe Creative Cloud PRO for Teams All APPS - com downloads ilimitados de imagens mensais (downloads ilimitados de ativos padrão do Adobe Stock).	Unidade	01

### 2 Da Justificativa e Objetivo da Contratação

2.1 A presente contratação tem por objetivo a renovação das licenças/subscrições da suíte Adobe Creative Cloud for Teams All Apps, incluindo licenças com Adobe Stock, visando atender às demandas institucionais da Mútua relacionadas à criação, edição, tratamento e produção de conteúdos gráficos, audiovisuais e digitais destinados à comunicação institucional interna e externa.

2.2 A solução é indispensável para o desenvolvimento de peças de divulgação institucional e promocional da Mútua, utilizadas nos canais de comunicação da Mútua-Sede, das 27 Mútua-Regionais, dos CREAs, entidades parceiras e demais veículos institucionais, abrangendo, dentre outros:

- 2.2.1 campanhas institucionais e promocionais;
- 2.2.2 materiais gráficos e digitais relacionados aos programas e projetos previstos na Carta de Serviços da Mútua;
- 2.2.3 peças publicitárias e conteúdos relacionados à Bolsa de Estudos, Universidade Corporativa, Programa de Inclusão Mútua e demais ações institucionais;
- 2.2.4 desenvolvimento de identidade visual para eventos, feiras, congressos, estandes e ações institucionais, incluindo a Semana Oficial da Engenharia e da Agronomia – SOEA;
- 2.2.5 criação de banners, folders, anúncios, painéis, e-mail marketing, peças para redes sociais, websites e demais canais digitais;

2.2.6 edição de vídeos institucionais, campanhas audiovisuais e conteúdo multimídia;

2.2.7 elaboração de materiais comemorativos, efemérides e campanhas relacionadas ao Sistema Confea/Crea e Mútua.

2.3 A contratação justifica-se ainda pela necessidade de continuidade das atividades desenvolvidas pela Gerência de Comunicação – GECOM, considerando que os projetos institucionais, arquivos, bibliotecas, layouts e fluxos de trabalho da Mútua vêm sendo elaborados e mantidos, ao longo dos últimos anos, utilizando a plataforma Adobe Creative Cloud.

2.4 A manutenção da solução atualmente utilizada assegura compatibilidade integral com os arquivos e projetos existentes, padronização dos materiais institucionais, continuidade operacional das equipes e integração entre os aplicativos utilizados nos processos de criação, edição e produção de conteúdo.

2.5 A utilização de solução diversa da atualmente empregada demandaria processo de migração de arquivos, adaptação operacional, treinamento de usuários e possível perda de compatibilidade de projetos já desenvolvidos, ocasionando prejuízos à continuidade das atividades institucionais e à produtividade das equipes envolvidas.

2.6 As licenças serão utilizadas por profissionais vinculados ao Setor de Comunicação e à Gerência de Tecnologia da Informação – GTI, atualmente distribuídos da seguinte forma:

2.6.1 06 (seis) usuários vinculados à Gerência de Comunicação;

2.6.2 01 (um) usuário vinculado à Gerência de Tecnologia da Informação.

2.7 Não haverá parcelamento da solução, considerando que os itens compõem uma solução tecnológica integrada e interdependente, sendo o Adobe Stock funcionalidade complementar diretamente vinculada à suíte Adobe Creative Cloud, o que recomenda sua contratação conjunta por razões de padronização, compatibilidade técnica, economicidade e eficiência operacional.

### **3 Da Classificação dos Serviços**

---

3.1 O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do artigo 6º, XIII da Lei nº 14.133/2021.

## 4 Da Descrição da Solução

4.1 O(s) objeto(s) deste instrumento deverão ser fornecidos conforme as especificações técnicas descritas a seguir, admitindo-se, a critério do Contratado, o fornecimento de funcionalidades, aplicações, recursos ou quantitativos superiores aos mínimos estabelecidos neste Termo de Referência, desde que não haja ônus adicional para a Mútua.

### 4.2 Item 01 – Renovação da suíte Adobe Creative Cloud for Teams All Apps (VIP 9B36D40913701C191EAA):

4.2.1 Licenciamento corporativo da suíte Adobe Creative Cloud for Teams All Apps, contemplando acesso aos aplicativos e serviços integrados da plataforma Adobe Creative Cloud, incluindo, no mínimo:

- a) Adobe Photoshop – edição e composição de imagens;
- b) Adobe Lightroom – edição, organização, armazenamento e compartilhamento de fotografias;
- c) Adobe Illustrator – criação de ilustrações e gráficos vetoriais;
- d) Adobe InDesign – diagramação e layout para publicações digitais e impressas;
- e) Adobe XD – design, prototipagem e compartilhamento de experiências de usuário;
- f) Adobe Premiere Pro – edição e produção de vídeos;
- g) Adobe After Effects – animações e efeitos visuais;
- h) Adobe Dimension – criação de imagens 3D fotorrealistas;
- i) Adobe Acrobat Pro – criação, edição e assinatura de documentos PDF;
- j) Adobe Dreamweaver – desenvolvimento de websites responsivos;
- k) Adobe Animate – criação de animações interativas;
- l) Adobe Audition – gravação, edição e restauração de áudio;
- m) Adobe Lightroom Classic – edição de imagens no desktop;
- n) Adobe Character Animator – animação de personagens em tempo real;
- o) Adobe Spark – criação rápida de conteúdos gráficos e web;
- p) Adobe Bridge – gerenciamento centralizado de ativos digitais;
- q) Adobe Media Encoder – codificação e exportação de arquivos de vídeo;
- r) Adobe InCopy – colaboração editorial entre redatores e designers;
- s) Adobe Prelude – ingestão de mídia e gerenciamento de metadados;

- t) Adobe Story Plus – elaboração colaborativa de roteiros e planejamentos;
- u) Adobe Fuse (Beta) – criação de personagens 3D personalizados.

#### 4.2.2 A solução deverá contemplar ainda:

- a) Integração com soluções Adobe, incluindo Adobe Acrobat Pro DC e Adobe Stock;
- b) Disponibilização de armazenamento em nuvem com capacidade mínima de 100 GB por usuário;
- c) Ferramenta online de gerenciamento e reatribuição de licenças;
- d) Criptografia de ativos em trânsito;
- e) Autenticação de usuários mediante Adobe ID;
- f) Suporte integral ao idioma Português (Brasil);
- g) Compatibilidade mínima com os sistemas operacionais Microsoft Windows 7 e 10 Professional (32 e 64 bits) e MacOS;
- h) Possibilidade de acesso ao Adobe Fireworks, mesmo após renovação ou subscrição do produto;
- i) Fornecimento de todos os manuais, guias e documentos técnicos necessários à instalação, utilização e operação da solução;
- j) Disponibilização da versão mais atualizada da solução na data do fornecimento.

#### 4.3 **Item 02 – Renovação da suíte Adobe Creative Cloud for Teams All Apps with Adobe Stock (VIP 9B36D40913701C191EAA):**

4.3.1 Licenciamento corporativo da suíte Adobe Creative Cloud for Teams All Apps with Adobe Stock, contemplando acesso aos aplicativos e serviços integrados da plataforma Adobe Creative Cloud, incluindo, no mínimo:

- a) Adobe Photoshop – edição e composição de imagens;
- b) Adobe Lightroom – edição, organização, armazenamento e compartilhamento de fotografias;
- c) Adobe Illustrator – criação de ilustrações e gráficos vetoriais;
- d) Adobe InDesign – diagramação e layout para publicações digitais e impressas;
- e) Adobe XD – design, prototipagem e compartilhamento de experiências de usuário;
- f) Adobe Premiere Pro – edição e produção de vídeos;
- g) Adobe After Effects – animações e efeitos visuais;
- h) Adobe Dimension – criação de imagens 3D fotorrealistas;



- i) Adobe Acrobat Pro – criação, edição e assinatura de documentos PDF;
  - j) Adobe Dreamweaver – desenvolvimento de websites responsivos;
  - k) Adobe Animate – criação de animações interativas;
  - l) Adobe Audition – gravação, edição e restauração de áudio;
  - m) Adobe Lightroom Classic – edição de imagens no desktop;
  - n) Adobe Character Animator – animação de personagens em tempo real;
  - o) Adobe Spark – criação rápida de conteúdos gráficos e web;
  - p) Adobe Bridge – gerenciamento centralizado de ativos digitais;
  - q) Adobe Media Encoder – codificação e exportação de arquivos de vídeo;
  - r) Adobe InCopy – colaboração editorial entre redatores e designers;
  - s) Adobe Prelude – ingestão de mídia e gerenciamento de metadados;
  - t) Adobe Story Plus – elaboração colaborativa de roteiros e planejamentos;
  - u) Adobe Fuse (Beta) – criação de personagens 3D personalizados.
- 4.3.2 A solução deverá contemplar ainda:
- a) Integração com soluções Adobe, incluindo Adobe Acrobat Pro DC e Adobe Stock;
  - b) Disponibilização de armazenamento em nuvem com capacidade mínima de 100 GB por usuário;
  - c) Ferramenta online de gerenciamento e reatribuição de licenças;
  - d) Criptografia de ativos em trânsito;
  - e) Autenticação de usuários mediante Adobe ID;
  - f) Suporte integral ao idioma Português (Brasil);
  - g) Compatibilidade mínima com os sistemas operacionais Microsoft Windows 7 e 10 Professional (32 e 64 bits) e MacOS;
  - h) Possibilidade de acesso ao Adobe Fireworks, mesmo após renovação ou subscrição do produto;
  - i) Fornecimento de todos os manuais, guias e documentos técnicos necessários à instalação, utilização e operação da solução;
  - j) Disponibilização da versão mais atualizada da solução na data do fornecimento;

k) Licenciamento Adobe Stock pacote PRO com downloads ilimitados de imagens mensais (downloads ilimitados de ativos padrão do Adobe Stock).

#### **4.4 Do Suporte Técnico:**

4.4.1 O Contratado deverá garantir, durante o período de vigência contratual de 12 (doze) meses, a atualização contínua dos softwares licenciados, assegurando ao Gestor, aos Fiscais do Contrato e aos usuários previamente autorizados pela Mútuo acesso às versões mais recentes disponibilizadas pela fabricante.

4.4.2 O Contratado deverá assegurar a disponibilização de upgrades, atualizações corretivas, evolutivas e de segurança, bem como correções das licenças instaladas, lançadas durante a vigência contratual, sem quaisquer custos adicionais para a Contratante.

## **5 Dos Requisitos da Contratação**

---

### **5.1 Sustentabilidade:**

5.1.1 A contratação deverá observar, no que couber, critérios de sustentabilidade ambiental, tecnológica e operacional, em conformidade com os princípios previstos na Lei nº 14.133/2021, priorizando soluções digitais que reduzam a necessidade de materiais físicos, deslocamentos e consumo excessivo de recursos computacionais.

5.1.2 A solução contratada deverá:

- a) disponibilizar os softwares em ambiente digital e em nuvem, reduzindo a necessidade de mídias físicas e materiais impressos;
- b) permitir atualização eletrônica e gerenciamento remoto das licenças, promovendo maior eficiência operacional e redução de consumo de recursos administrativos;
- c) possuir mecanismos de segurança e criptografia de dados em trânsito, contribuindo para a integridade e proteção das informações institucionais;
- d) disponibilizar ferramentas de armazenamento, sincronização e compartilhamento digital de ativos, visando à otimização dos fluxos de trabalho e redução da utilização de documentos físicos;
- e) observar, sempre que aplicável, práticas compatíveis com políticas de responsabilidade socioambiental adotadas pela fabricante.

### **5.2 Indicação de Marcas ou Modelos:**

5.2.1 Na presente contratação será admitida a indicação da marca Adobe Creative Cloud for Teams All Apps, incluindo a modalidade with Adobe Stock, em razão da necessidade de continuidade operacional, compatibilidade tecnológica e padronização dos ambientes utilizados pela Mútua.

5.2.2 A indicação da solução Adobe justifica-se considerando que:

- a) a Mútua já utiliza a suíte Adobe Creative Cloud em seus fluxos institucionais de comunicação, design, edição de vídeo, produção gráfica e tratamento de imagens;
- b) os arquivos, projetos e bibliotecas institucionais existentes foram desenvolvidos em formatos nativos compatíveis com os aplicativos da Adobe, sendo necessária a manutenção da compatibilidade integral para evitar prejuízos operacionais e perda de produtividade;
- c) a solução apresenta integração nativa entre os aplicativos utilizados pela equipe, permitindo continuidade dos trabalhos, compartilhamento de ativos e padronização dos processos internos;
- d) a substituição da plataforma atualmente utilizada demandaria processo de migração, readequação técnica, treinamento de usuários e possível incompatibilidade de arquivos e projetos já desenvolvidos;
- e) a contratação visa à renovação de licenciamento já existente, não se tratando de adoção de nova solução tecnológica.

### 5.3 **Vedação de contratação de marca ou produto na execução dos serviços:**

5.3.1 Não serão aceitas soluções, licenças ou softwares incompatíveis com os formatos nativos utilizados pela suíte Adobe Creative Cloud, bem como produtos que não atendam integralmente às funcionalidades mínimas exigidas neste Termo de Referência.

5.3.2 **Também não serão aceitas:**

- a) licenças educacionais, acadêmicas, de demonstração, OEM, trial ou quaisquer modalidades que não permitam uso corporativo institucional;
- b) licenças sem gerenciamento centralizado ou sem possibilidade de reatribuição online;
- c) softwares sem suporte oficial do fabricante;
- d) soluções que não possuam compatibilidade mínima com os sistemas operacionais exigidos neste Termo de Referência;
- e) licenças que não garantam acesso às atualizações e correções durante toda a vigência contratual.

## 6 Da Vistoria

---

6.1 Não haverá necessidade de realização de vistoria técnica prévia, considerando que o objeto da presente contratação consiste no fornecimento de licenciamento/subscrição de software em ambiente digital, não envolvendo execução física de serviços, intervenções em infraestrutura predial ou atividades que demandem conhecimento prévio das instalações da Contratante.

6.2 As informações técnicas e especificações necessárias à adequada execução contratual encontram-se devidamente descritas neste Termo de Referência, sendo suficientes para a elaboração das propostas pelos interessados.

6.3 A eventual não realização de diligências complementares por parte da licitante não poderá ensejar alegações futuras de desconhecimento das condições da contratação, nem servir de fundamento para pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro ou quaisquer questionamentos relacionados ao objeto Contratado.

## 7 Da Execução do Objeto

---

7.1 A execução do objeto ocorrerá mediante disponibilização, ativação e gerenciamento das licenças/subscrições contratadas, conforme quantitativos e especificações constantes neste Termo de Referência.

7.2 O prazo para disponibilização e ativação das licenças será de até **05 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento da Ordem de Serviço ou instrumento equivalente emitido pela Contratante.

7.3 O Contratado deverá garantir, durante toda a vigência contratual, o pleno funcionamento das licenças, bem como o acesso às atualizações, funcionalidades, suporte e serviços vinculados à solução contratada.

7.4 Por se tratar de solução digital em nuvem, a execução do objeto ocorrerá de forma eletrônica/remota, mediante disponibilização de acesso aos usuários autorizados pela Contratante, não havendo necessidade de execução presencial nas dependências da Mútua.

7.5 O objeto será recebido da seguinte forma:

7.5.1 O recebimento ocorrerá após a verificação, pelo Gestor ou Fiscal do Contrato, da efetiva disponibilização das licenças, acessos, funcionalidades e demais requisitos previstos neste Termo de Referência e na proposta apresentada pelo Contratado.

7.5.2 Constatada qualquer inconsistência, falha, indisponibilidade, incompatibilidade ou desconformidade com as especificações contratadas, o Contratado deverá promover as correções necessárias, sem ônus adicional para a Contratante, no prazo estabelecido pela fiscalização contratual.

7.6 O Contratado será responsável pela substituição, regularização ou correção de eventuais falhas relacionadas às licenças, acessos, permissões, funcionalidades, atualizações ou serviços vinculados à solução contratada.

7.7 O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade do Contratado quanto à qualidade, segurança, regularidade, funcionamento e perfeita execução dos serviços Contratados durante toda a vigência contratual.

## 8 Da Garantia do Serviço

8.1 O prazo de garantia das licenças/subscrições será de, no mínimo, **12 (doze) meses**, ou pelo prazo disponibilizado pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente ao recebimento definitivo do objeto.

8.2 A garantia deverá assegurar a manutenção das licenças fornecidas em perfeitas condições de funcionamento, utilização, acesso e atualização, sem quaisquer ônus adicionais para a Contratante.

8.3 Durante o período de garantia, o Contratado deverá prestar suporte e manutenção corretiva destinados à solução de falhas, indisponibilidades, erros de acesso, incompatibilidades, problemas de ativação, sincronização ou quaisquer inconsistências relacionadas às licenças e serviços Contratados.

8.4 Entende-se por manutenção corretiva toda atividade destinada à correção de defeitos ou falhas apresentados pela solução contratada, compreendendo, quando aplicável:

- 8.4.1 regularização de acessos e permissões;
- 8.4.2 reativação ou reatribuição de licenças;
- 8.4.3 correção de falhas técnicas e operacionais;
- 8.4.4 atualização de versões e componentes;
- 8.4.5 suporte técnico necessário à plena utilização da solução contratada.

## 9 Da Estimativa do Valor da Contratação

9.1 O custo estimado total da contratação é de **R\$ 41.581,71** (quarenta e um mil, quinhentos e oitenta e um reais e setenta e um centavos), conforme tabela abaixo:

Item	Descrição	Unidade	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
1	Subscrição de licenças da suíte Adobe Creative Cloud For Teams All APPS – Multiple Platforms – MultiLatin American languages team	Unidade	06	R\$ 6.009,22	R\$ 36.055,32
2	Subscrição de licenças da suíte Adobe Creative Cloud PRO For Teams All APPS - com downloads ilimitados de imagens mensais (downloads ilimitados de ativos padrão do Adobe Stock).	Unidade	01	R\$ 5.526,39	R\$ 5.526,39

Valor Total Global:	R\$ 41.581,71
---------------------	---------------

## 10 Das Obrigações do Contratado

10.1 As obrigações do Contratado são aquelas previstas na Minuta de Termo de Contrato, anexo do Edital.

## 11 Das Obrigações da Contratante

11.1 As obrigações da Contratante são aquelas previstas na Minuta de Termo de Contrato, anexo do Edital.

## 12 Da Lei Geral de Proteção de Dados

12.1 As regras acerca do tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, são aquelas previstas na Minuta de Termo de Contrato, anexo do Edital.

## 13 Do Pagamento

13.1 O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos na Minuta de Termo de Contrato, anexo do Edital.

## 14 Do Instrumento de Contrato e do Prazo de Vigência

14.1 Será formalizado Contrato Administrativo para a presente contratação, considerando a existência de obrigações futuras relacionadas à disponibilização, manutenção, atualização e suporte das licenças/subscrições contratadas.

14.2 O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, contados da data da assinatura eletrônica pelo último representante das partes, prorrogável na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

14.2.1 O objeto caracteriza-se como serviço de natureza continuada, considerando que a disponibilização das licenças, atualizações, suporte técnico, gerenciamento e acesso às funcionalidades da solução deverão ocorrer de forma contínua e ininterrupta durante toda a vigência contratual, sendo indispensáveis à continuidade das atividades institucionais da Contratante.

14.3 O Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Termo de Referência.

14.4 O Contratado deverá sujeitar-se aos acréscimos e supressões contratuais estabelecidos na forma do Art. 125 da Lei no 14.133/2021.

---

## 15 Da Fiscalização

---

15.1 O controle e fiscalização da execução, são aquelas previstas na Minuta de Termo de Contrato, anexo do Edital.

---

## 16 Da Garantia de Execução

---

16.1 Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

---

## 17 Do Reajuste

---

17.1 As regras acerca do reajustamento de preços em sentido amplo do valor contratual são as estabelecidas na Minuta de Termo de Contrato, anexo do Edital.

---

## 18 Dos Recursos Orçamentários

---

18.1 As despesas para atender o objeto dessa contratação serão efetuadas na dotação orçamentária própria, prevista à rubrica 42127 - Softwares, do exercício de 2026.

---

## 19 Da Subcontratação

---

19.1 Não será admitida subcontratação do objeto da contratação.

---

## 20 Dos Encargos e Tributos

---

20.1 Os Encargos e Tributos devidos ao Contratado, são aqueles previstos na Minuta de Termo de Contrato, anexo do Edital.

---

## 21 Dos Critérios de Seleção do Fornecedor

---

### 21.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

21.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

### 21.2 Exigências de habilitação:

21.2.1 As exigências de habilitação jurídica, de regularidade fiscal, social e trabalhista, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica a serem atendidos pelo(s) fornecedor(es) são aqueles disciplinados no edital.

### 21.3 Proposta:

21.3.1 No valor da proposta deverá estar incluso todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## **22 Das Infrações e Sanções Administrativas**

---

22.1 As infrações e sanções administrativas relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas na Minuta de Termo de Contrato, anexo do Edital.

## **23 Das Disposições Finais**

---

23.1 Este Termo de Referência foi elaborado pelo Setor de Comunicação da Mútua de Assistência dos Profissionais do Crea.

23.2 Fazem parte e integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os Anexos seguintes a este.

---



## Anexo II – Modelo de Proposta de Preços

NOME/RAZÃO SOCIAL:			
ENDEREÇO:			
MUNICÍPIO:		ESTADO:	
CNPJ:		TELEFONE:	
E-MAIL:			
REPRESENTANTE LEGAL:			
CARGO/FUNÇÃO:			
RESPONSÁVEL (EIS) PELA ASSINATURA DO CONTRATO:			

Apresentamos a presente proposta para fornecimento de subscrição e/ou renovação de licenças ou assinaturas (subscrição) de uso completas da suíte Adobe Creative Cloud for Teams All APPS e Adobe Creative Cloud for Teams com Adobe Stock para ser utilizado na Mútua de Assistência dos Profissionais do Crea, conforme especificações, condições, quantidades e exigências constantes no Anexo I – Termo de Referência, que faz parte integrante deste edital.

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1				R\$	R\$
2				R\$	R\$
Valor Total Global:					R\$

Declaramos que em nossos preços, estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para o cumprimento integral da execução do objeto, inclusive, das despesas com autenticação de documentos e reconhecimento de firma em cartório, materiais e/ou equipamentos, taxa de administração, frete, seguro, mão de obra especializada ou não, equipamentos auxiliares, ferramentas, tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por qualquer dano causado a terceiros, sem que nos caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação a Mútua.

Validade da proposta: (observar conforme Edital)

**DADOS BANCÁRIOS**

Banco:

N.º da agência:

Conta-Corrente Pessoa Jurídica:

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

**Assinatura do representante legal**

Quando não for sócio/diretor figurante dos estatutos sociais, apresentar  
respectiva procuração.

## Anexo III – Minuta de Termo de Contrato

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º \_\_\_\_/2026, QUE FAZEM ENTRE SI A MÚTUA DE ASSISTÊNCIA DOS PROFISSIONAIS DA ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA, E A EMPRESA \_\_\_\_\_

### 1 Das Partes

1.1 **Contratante: MÚTUA DE ASSISTÊNCIA DOS PROFISSIONAIS DA ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA**, instituída pela Lei n.º 6.496/77, vinculada e fiscalizada diretamente pelo CONFEA – Conselho Federal De Engenharia, Arquitetura e Agronomia na forma preconizada pelo Art. 4º de referida lei, inscrita no CNPJ sob o n.º 00.509.026/0001-60, com sede no Setor Hoteleiro Norte, Quadra 4, Bloco C, Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70.704-902, neste ato representada pelo seu Diretor Presidente, Engenheiro \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob n.º \_\_\_\_\_, e por seu Diretor Financeiro, \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob n.º \_\_\_\_\_.

1.2 **Contratado:** \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

### 2 Do Fundamento Legal

2.1 O presente contrato decorre do **Pregão Eletrônico N.º \_\_\_\_/2026**, realizado em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026, em observância às disposições da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, tendo em vista o que consta no processo administrativo n.º **SD.0187-2026**, que é parte integrante do presente contrato, regendo-o, no que for omissivo.

### 3 Do Objeto

3.1 O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada para fornecimento de subscrição e/ou renovação de licenças ou assinaturas (subscrição) de uso completas da suíte Adobe Creative Cloud for Teams All APPS e Adobe Creative Cloud for Teams com Adobe Stock para ser utilizado na Mútua de Assistência dos Profissionais do Crea, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Contrato e no Termo de Referência, anexo do Edital.

### 4 Do Valor e Dotação Orçamentária

#### 4.1 Valor:

4.1.1 O valor total da contratação é de R\$ \_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), conforme tabela abaixo:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1				R\$	R\$
2				R\$	R\$
Valor Total Global:					R\$

4.1.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### 4.2 Dotação orçamentária:

4.2.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de dotação orçamentária própria, prevista à rubrica nº 42127 - Softwares, do exercício de 2026.

### 5 Da Documentação Contratual

5.1 São partes integrantes e vinculantes do presente Contrato, guardadas as necessárias conformidades, independente de transcrição ou referências, todo o teor do Processo Administrativo da Contratante de n.º **SD.0187-2026**, principalmente o Termo de Referência, o Edital da licitação, a Proposta do Contratado e eventuais anexos dos documentos supracitados.

### 6 Do Modelo De Execução

6.1 A descrição completa da solução, incluindo as especificações técnicas, os requisitos da contratação, os prazos e condições de entrega, a forma de recebimento do objeto e o prazo de garantia do serviço constam no Termo de Referência, anexo do Edital.

### 7 Das Obrigações do Contratado

7.1 Executar o objeto conforme as especificações constantes neste Termo de Referência e em sua proposta comercial, responsabilizando-se integralmente pela adequada disponibilização das licenças/subscrições contratadas.

7.2 Reparar, corrigir, regularizar ou substituir, às suas expensas e no prazo fixado pela fiscalização contratual, quaisquer falhas, inconsistências, indisponibilidades ou defeitos verificados na execução do objeto.

7.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), bem como por quaisquer danos causados à Contratante em razão de falhas, irregularidades ou descumprimento contratual, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela Contratante.

7.4 Disponibilizar equipe técnica e suporte especializado necessários ao adequado fornecimento, ativação, gerenciamento, atualização e manutenção das licenças contratadas.

7.5 Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da Contratante ou do fiscal ou gestor contratual, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

7.6 Quando aplicável, responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias, tributárias, fiscais e comerciais decorrentes da execução contratual, não transferindo à Contratante qualquer responsabilidade por seu inadimplemento.

7.7 Comunicar ao Fiscal do Contrato, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência relevante que possa impactar a execução do objeto, especialmente indisponibilidades, falhas sistêmicas ou interrupções dos serviços.

7.8 Prestar todos os esclarecimentos e informações solicitados pela Contratante, sempre que necessário ao acompanhamento e fiscalização contratual.

7.9 Conduzir a execução contratual em conformidade com as boas práticas de mercado, observando as normas técnicas, operacionais e legais aplicáveis ao objeto Contratado.

7.10 Submeter previamente à Contratante quaisquer alterações relevantes relacionadas à solução licenciada, modelo de disponibilização, gerenciamento das licenças ou funcionalidades que possam impactar a utilização da solução contratada.

7.11 Não permitir a utilização de trabalho de menores de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, nem permitir a utilização de menores de dezoito anos em atividades noturnas, perigosas ou insalubres, nos termos da legislação vigente.

7.12 Manter, durante toda a vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.

7.13 Guardar sigilo sobre todas as informações e dados obtidos em decorrência da execução contratual, não podendo utilizá-los ou divulgá-los sem autorização formal da Contratante.

7.14 Arcar com todos os custos decorrentes da execução contratual, inclusive aqueles relacionados à disponibilização, ativação, suporte, atualização e manutenção das licenças fornecidas.

7.15 Cumprir, além dos dispositivos legais aplicáveis, as normas internas de segurança da informação e tecnologia eventualmente estabelecidas pela Contratante.

7.16 Realizar, quando necessário e solicitado pela Contratante, a transição contratual e transferência de conhecimento relacionadas à administração, gerenciamento e utilização das licenças contratadas, sem prejuízo da continuidade dos serviços.

7.17 Manter preposto apto a representar o Contratado perante a Contratante durante toda a execução contratual.

7.18 Disponibilizar as licenças/subscrições devidamente ativadas, regularizadas e aptas para utilização pelos usuários autorizados pela Contratante, observando os quantitativos e especificações constantes neste Termo de Referência.

7.19 Garantir acesso às atualizações, correções, melhorias, patches de segurança e novas versões disponibilizadas pela fabricante durante toda a vigência contratual, sem custos adicionais para a Contratante.

7.20 Assegurar a compatibilidade da solução contratada com os sistemas operacionais e ambientes tecnológicos especificados neste Termo de Referência.

7.21 Disponibilizar suporte técnico remoto para atendimento de demandas relacionadas à ativação, configuração, gerenciamento, funcionamento e utilização das licenças contratadas.

7.22 Responsabilizar-se pela regularidade e legitimidade das licenças fornecidas, garantindo que os softwares sejam originais, oficiais e fornecidos por canais autorizados pela fabricante.

7.23 Garantir a confidencialidade, integridade e segurança das informações eventualmente acessadas em decorrência da execução contratual, observando as disposições da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), quando aplicável.

7.24 Efetuar, quando solicitado pela Contratante, a reatribuição, remanejamento ou gerenciamento das licenças vinculadas aos usuários autorizados, sem ônus adicional, observadas as limitações técnicas da fabricante.

7.25 Comunicar formalmente à Contratante quaisquer indisponibilidades programadas, falhas sistêmicas relevantes ou alterações promovidas pela fabricante que possam impactar a utilização da solução contratada.

7.26 Fornecer documentação, guias, manuais e demais informações técnicas necessárias à adequada utilização e administração da solução contratada.

7.27 Responsabilizar-se integralmente por quaisquer custos decorrentes de licenciamento irregular, uso indevido de propriedade intelectual ou violação de direitos autorais relacionados à solução fornecida.

7.28 Apresentar **Declaração de Informações Tributárias na forma do modelo – ANEXO IV**, do edital de licitação.

## **8 Das Obrigações da Contratante**

---

8.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

8.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

8.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.

8.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.

8.5 Designar fiscal/gestor para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato.

8.6 Efetuar o pagamento ao Contratado de acordo com as condições e prazos estabelecidos neste instrumento, desde que cumpridas todas às exigências pactuadas.

8.7 Atestar a nota fiscal/fatura ou devolvê-la, em caso de desacordo ou por descumprimento ao pactuado.

8.8 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Contrato.

8.9 Exigir o imediato afastamento e/ou substituição de empregado ou preposto do Contratado que não mereça confiança no trato dos serviços, que produza complicações para a fiscalização ou que adote postura inconveniente ou incompatível com o exercício da função que lhe fora atribuída.

8.10 A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados a execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **9 Da Lei Geral de Proteção de Dados**

9.1 Objetiva-se estabelecer a regra de proteção de dados neste instrumento, de acordo com os princípios e finalidades elencadas nos arts. 6º, 7º e 11 da Lei nº. 13709/2018. Acrescenta-se que esse tratamento é direcionado à execução de atividades necessárias para o alcance das finalidades do objeto.

9.2 O Contratado deve atender estritamente aos objetos que foram especificados na celebração de contrato/instrumento hábil ou instrumento congêneres, no que diz respeito ao tratamento de todo ou qualquer dado pessoal, observando os princípios e finalidades estabelecidos pela lei. Em caso de inobservância ao que foi proposto, será penalizado dentro das esferas administrativa, civil e criminal.

9.3 Estabelece-se o comprometimento de garantir o sigilo e confidencialidade sobre o tratamento de dados pessoais realizados com a finalidade de dar cumprimento ao que foi firmado neste documento, respeitando o que dispõe a LGPD, em que é vedado compartilhar esses dados com outras pessoas físicas ou jurídicas, exceto em casos legalmente amparados, isto é, cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD.

9.4 Deve o Contratado cientificar formalmente seus empregados das obrigações e condições apresentadas nessa cláusula, abarcando a Política de Privacidade da Contratante.

9.5 Haverá a cooperação entre as partes, no que diz respeito ao cumprimento de obrigações decorrentes dos direitos dos Titulares de Dados em conformidade com a LGPD, Regulamentos vinculados à Proteção de Dados vigentes, além de solicitações e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público e demais Órgãos de controle administrativo.

9.6 Com o propósito de declarar a finalidade do tratamento, conforme disposto na LGPD, a Contratante terá acesso aos dados pessoais dos titulares do Contratado, como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial, dentre outros documentos que possivelmente serão exigidos para a execução do objeto firmado entre as partes.

9.7 O Contratado declara que está ciente do conteúdo disposto na LGPD e firma o compromisso de adequação de seus procedimentos internos a fim de resguardar o compartilhamento de dados entre as partes e seus sistemas que servirão de base para o armazenamento dos dados pessoais coletados.



9.8 O Contratado e a Contratante tem a obrigação da comunicação entre as partes, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência diversa de incidentes de segurança, aos quais enquadram-se como acesso não autorizado aos dados pessoais, situações acidentais ou ilegítimas de destruição, perda, alteração, comunicação, dentre demais situações que se configurem como tratamento inadequado ou realizado de forma ilegal, em que os procedimentos de noticiar a parte esteja de acordo com o que está previsto no art. 48 da LGPD.

9.9 O Contratado tem por dever fazer a manutenção e a conservação do registro do tratamento de dados pessoais, cuja realização está atrelada a efetivação do objeto do instrumento firmado entre as partes, ainda, após a finalização da necessidade do tratamento de dados pessoais, esses deverão ser devidamente descartados.

## **10 Do Pagamento**

---

10.1 O pagamento será efetuado em parcela única, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo Gestor ou Fiscal do Contrato, acompanhada dos documentos comprobatórios da regular execução do objeto e da manutenção das condições de habilitação e regularidade fiscal do Contratado.

10.2 A Nota Fiscal/Fatura deverá conter, no mínimo, a descrição detalhada do objeto Contratado, quantitativos, período de vigência das licenças/subscrições, valores unitários e totais, bem como os dados bancários do Contratado para fins de pagamento.

10.3 O pagamento somente será autorizado após o recebimento definitivo do objeto e depois de efetuado o “atesto” pelo colaborador competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados.

10.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que o Contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

10.5 O documento de cobrança deverá conter ao menos:

10.5.1 CNPJ do Contratado;

10.5.2 Descrição clara do objeto;

10.5.3 Valor cobrado em conformidade com as condições pactuadas, discriminando valor unitário e valor total;

10.5.4 Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

10.6 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.6.1 O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.7 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

10.8 A Contratante deverá realizar consulta aos sítios eletrônicos oficiais para:

10.8.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas na contratação;

10.8.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito da entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

10.9 No caso de atraso pela Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de correção monetária.

10.10 O pagamento será efetuado preferencialmente por meio de boleto bancário ou mediante depósito em conta-corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pelo Contratado, ou, ainda, por outro meio previsto na legislação vigente.

10.11 A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pelo Contratado que porventura não tenha sido acordada no contrato ou outro instrumento hábil.

10.12 A Nota Fiscal deverá ser emitida pelo próprio Contratado, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ constante da Ordem de Serviço, não se admitindo Notas Fiscais/Faturas emitidas com outros CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou da matriz.

## **11 Do Prazo de Vigência**

11.1 Será formalizado Contrato Administrativo para a presente contratação, considerando a existência de obrigações futuras relacionadas à disponibilização, manutenção, atualização e suporte das licenças/subscrições contratadas.

11.2 O prazo de vigência da contratação será de **12 (doze) meses**, contados da data da assinatura eletrônica pelo último representante das partes, prorrogável na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

11.2.1 O objeto caracteriza-se como serviço de natureza continuada, considerando que a disponibilização das licenças, atualizações, suporte técnico, gerenciamento e acesso às funcionalidades da solução deverão ocorrer de forma contínua e ininterrupta durante toda a vigência contratual, sendo indispensáveis à continuidade das atividades institucionais da Contratante.

11.3 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

11.3.1 Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

11.3.2 Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

11.3.3 Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

11.3.4 Haja manifestação expressa do Contratado informando o interesse na prorrogação;

11.3.5 Seja comprovado que o Contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

11.4 O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

11.5 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

11.6 Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

11.7 O contrato não poderá ser prorrogado quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

## **12 Da Fiscalização**

---

12.1 Nos termos do art. 117 Lei nº 14.133, de 2021, será designado representante(s) da Contratante, para controlar, acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, com base no Termo de Referência e na proposta. Desta forma, entende-se:

12.1.1 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Contratante.

12.1.2 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

12.1.3 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, além de acompanhar a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato

12.2 O fiscal anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas ao fornecimento, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

12.3 O Contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto da contratação em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

12.4 O Contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros em razão da execução do objeto, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

## **13 Da Garantia de Execução**

---

13.1 Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

## **14 Do Reajuste**

---

14.1 Os preços inicialmente Contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 20/05/2026.

14.2 Após o interregno de 12 (doze) meses, os preços poderão ser reajustados mediante aplicação do Índice de Custos de Tecnologia da Informação – ICTI, divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

14.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

14.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, a Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

14.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

14.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

14.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

14.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

## **15 Dos Encargos e Tributos**

---

15.1 O Contratado é o único responsável por todos os encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários e comerciais eventualmente decorrentes da execução do objeto, não se estabelecendo qualquer vínculo empregatício entre seus empregados e a Contratante.

## **16 Da Extinção Contratual**

---

16.1 A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar a sua extinção, conforme disposto nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2 A extinção do contrato poderá ser:

16.2.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Contratante, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

16.2.2 Consensual, por acordo entre as partes; ou

16.2.3 Determinada por decisão judicial.

16.3 A extinção determinada por ato unilateral da Contratante ou a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente da Contratante.

16.4 Os casos de extinção contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

## **17 Das Infrações e Sanções Administrativas**

17.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/2021, o Contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Contratante.
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

17.2 Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

17.2.1 **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

17.2.2 **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

17.2.3 **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

17.2.4 **Multa**:

- a) Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

b) Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

b.1) O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

c) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do **subitem 17.1**, de 0,5 % a 2% do valor do contrato.

d) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do **subitem 17.1**, de até 15% do valor do contrato.

e) Para infração descrita na alínea “b” do **subitem 17.1**, a multa será de 0,5% a 2% do valor do contrato.

f) Para infrações descritas na alínea “d” do **subitem 17.1**, a multa será de 0,5% a 2% do valor do contrato.

g) Para a infração descrita na alínea “a” do **subitem 17.1** a multa será de 0,5% a 2% do valor do contrato.

17.3 A aplicação de sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º).

17.4 Todas as sanções previstas neste instrumento poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

17.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

17.6 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa do Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

17.7 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para a Contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

17.8 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

17.9 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia. (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

17.10 A Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

17.11 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

## **18 Das Alterações**

18.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

18.2 O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

18.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

18.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.



## 19 Dos Casos Omissos

---

19.1 Os casos omissos serão decididos pela Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## 20 Da Publicação

---

20.1 Incumbirá a Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas, bem como no respectivo sítio oficial na Internet.

## 21 Do Foro

---

21.1 Fica eleito o foro da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.

21.2 E, por estarem acordes, assinam este instrumento os Representantes das partes, Contratante, Contratado.

\_\_\_\_\_, aos \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ de 2026.

---

Mútua de Assistência dos Profissionais da Engenharia, Arquitetura e Agronomia  
Representante Legal  
Contratante

---

Razão Social:  
Representante Legal  
Contratado

## Anexo IV – Declaração de Informações Tributárias do Fornecedor

À

MÚTUA DE ASSISTÊNCIA DOS PROFISSIONAIS DA ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA

DECLARAÇÃO DE INFORMAÇÕES TRIBUTÁRIAS DO FORNECEDOR	
Documento de preenchimento obrigatório pelo Contratado	
<b>Contratante</b>	
<b>Razão Social:</b> Mútua de Assistência dos Profissionais da Engenharia, Arquitetura e Agronomia	
<b>CNPJ:</b> 00.509.026/0001-60	<b>CF/DF:</b> ISENTA
<b>Endereço:</b> SHN Quadra 4 Bloco C, nº 01 – Asa Norte – Brasília/DF – CEP: 70704-902	
<b>Natureza Jurídica:</b> Associação Privada Sem Fins Lucrativos	<b>Código da Natureza:</b> 399-9
<b>Atividade econômica:</b> Outras atividades associativas profissionais	<b>CNAE:</b> 94.12-0-99

DADOS CADASTRAIS DO CONTRATADO OU DO SUBCONTRATADO	
<b>Contratado/Fornecedor:</b> _____	<b>Subcontratado:</b> _____
<b>Razão Social/Nome:</b>	
<b>Endereço Completo:</b>	

DADOS	PESSOA JURÍDICA	PESSOA FÍSICA
CNPJ/CPF		
NIT/PIS/PASEP		
Código CNAE – Atividade Principal / N° CBO		
Código CNAE da Atividade do Objeto do Contrato		
Inscrição Estadual		
Inscrição Municipal		
Código CFOP		
Classificação NCM		
Optante SIMPLES NACIONAL	___Optante ___Não Optante	
Optante pelo SIMEI	___Optante ___Não Optante	

OBJETO DO FORNECIMENTO			
___Serviço	___Produto	___Produto e Serviço	___Mão de Obra: Produto e Serviço
<b>Objeto:</b>			
<b>Código da Prestação do Serviço LC 116/2003:</b>			
<b>Descrição do Código da Prestação do Serviço:</b>			

TIPO DE DOCUMENTO A SER ENCAMINHADO*						
___NF	___NF-e	___NFS-e	___DANFE	___RPCI	___RECIBO	___OUTROS
<b>QUAIS:</b>						

## INCIDÊNCIAS TRIBUTÁRIAS

### RETENÇÕES NA FONTE

#### 1) Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF):

1.1) Observar: o art. 677, 714, 719, 723, 727 e 782 do Decreto nº 9.580/18 (RIR/2018) e art. 52 da Lei nº 7.450/85 e o art. 6º da Lei nº 9.064/195, que tratam da aplicabilidade do desconto de Imposto de Renda na fonte nos pagamentos a pessoas jurídicas, civis ou mercantis, pela prestação de serviços caracterizadamente de natureza profissional.

#### 2) PCC - PIS/PASEP, CSLL e COFINS:

2.1) Observar: o art. 1º, § 2º, I, da IN RFB 459/2004 e a Lei nº 10.833/2003, que tratam dos pagamentos efetuados pelas pessoas jurídicas a outras pessoas jurídicas de direito privado, pela prestação de diversos serviços a que se referem o art. 64 da Lei nº 9.430/1996.

#### 3) INSS - aplicável aos casos de cessão de mão-de-obra ou empreitada:

3.1) Observar a IN RFB nº 2110/2022, em especial a partir do art. 111 e 112, bem como o art. 7º da Lei nº 12.546/2011; e

3.2) Observar a CNAE da atividade principal, bem como a CNAE da atividade relacionada à prestação do serviço (CNAE principal ou secundário).

#### 4) ISS:

4.1) Observar a Lei Complementar (LC) nº 116/2003, em especial a regra geral contida no caput do art. 3º e 6º, que o ISS é devido "no município do estabelecimento do prestador de serviço";

4.2) Verificar se a categoria de serviço prestado se enquadra nas exceções previstas no art. 3º da LC nº 116/2003, em que o ISS é devido no "local da prestação do serviço";

4.3) Consultar os regulamentos de ISS específicos de cada município do(s) local(is) da prestação do serviço, tendo em vista a previsão contida no art. 6º da LC nº 116/2003, especialmente o regulamento do município competente para a cobrança do ISS; e

4.4) Considerar os registros nos cadastros municipais de empresas prestadoras de outros municípios, se aplicável (verificar CEPOM).

#### 5) SIMPLES NACIONAL

5.1) Optantes pelo Simples Nacional **NÃO** estão sujeitos à retenção da Contribuição Previdenciária (INSS), salvo os serviços de construção civil, paisagismo, vigilância, limpeza ou conservação (conforme art. 18, § 5º-C da LC 123/2006 e a IN RFB nº 2110/2022); e

5.2) Optantes pelo Simples Nacional **NÃO** estão sujeitos à retenção dos Tributos Federais (IRRF, CSLL, PIS/PASEP e COFINS), observado o art. 6º da IN RFB nº 1.234/2012, devendo, a cada documento de cobrança, enviar a declaração prevista no Anexo IV.

ENQUADRAMENTO E RETENÇÕES TRIBUTÁRIAS		
<b>ENQUADRAMENTO E RETENÇÕES TRIBUTÁRIAS</b>		
Conferir o enquadramento do serviço na LC nº 116/03 (campos "COD LC 116/03" e "DESCRIÇÃO"), e informar a inscrição no Cadastro de Empresas Prestadoras de Outros Municípios - CEPOM, se aplicáveis:		
CÓD LC 116/03	DESCRIÇÃO	CÓD CEPOM/___

Enquadrar o serviço como cessão de mão de obra / empreitada:		
Marque com "X" as respostas ao lado das quatro perguntas a seguir, para determinação de existência de retenção previdenciária.		
a) Os serviços, no todo ou em parte, podem ser enquadrados no Art.111 da IN RFB 2110/2022?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
b) Os serviços, no todo ou em parte, podem ser enquadrados no Art.112 da IN RFB 2110/2022?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
c) Os serviços serão prestados nas dependências da Mútua ou em local por ele estabelecido?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
d) Os serviços Contratados são de necessidade contínua da Mútua?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
Se as respostas "a" e "c" forem SIM, haverá retenção previdenciária.		
Se as respostas "b", "c" e "d" forem SIM, haverá retenção previdenciária.		
Caso não sejam satisfeitas as combinações acima, não haverá retenção previdenciária.		
De acordo com as respostas acima, haverá retenção previdenciária? (conforme IN RFB nº 2110/2022)		

Preencher com os valores referentes aos serviços faturados diretamente contra a Mútua							
Tributo	Valor do Serviço/Produto	Redução de Base de Cálculo Benefício Fiscal		Base de Cálculo	Alíquotas	Valor a ser Retido	Base Legal do Benefício
	R\$ (A)	R\$ (B)	Natureza	R\$ (A-B)	%	R\$	

							<b>Fiscal (se aplicável)</b>
<b>IRRF</b>							
<b>CSLL</b>							
<b>PIS/PASEP</b>							
<b>COFINS</b>							
<b>INSS</b>							

Preencher de acordo com a legislação local:							
Tributo	Valor do Serviço/Produto	Redução de Base de Cálculo		Base de Cálculo	Alíquotas	Valor a ser Retido	Base Legal
	R\$ (A)	R\$ (B)	Natureza	R\$ (A-B)	%	R\$	
<b>ISS</b>							

Declaro para os devidos fins que são verdadeiras todas as informações aqui prestadas ao Contratante pelo que me responsabilizo civil e criminalmente, bem como que a apresentação desta declaração não dispensa a minha obrigação como fornecedor/subcontratado de apresentar outras declarações eventualmente exigidas pela legislação. Anexo documentos comprobatórios desta declaração. Declaro ainda, que mantereí as informações atualizadas sempre que ocorrerem mudanças

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

Nome Completo:

Cargo/Função: Sócio diretor

Assinatura do representante legal  
CPF: